

POLÍCIA MILITAR: REFORMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESSENCIAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

MILITARY POLICE: REFORMS AND PUBLIC POLICIES ESSENTIAL FOR GUARANTEEING CITIZENS' RIGHTS

OLIVEIRA, Gean Ricardo Felipe¹
PERES, Melchisedeck Almeida Campos²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para a polícia militar, as mudanças na categoria e identificar as suas práticas diárias no combate a criminalidade. A partir das publicações analisadas, dez artigos foram encontrados no período de 2004 a 2018, sendo que 60% (n=10) demonstram que a partir de quando as políticas públicas para a classe dos policiais militares são consideradas pelo governo, a polícia militar se torna mais moderna, e esta modernidade está diretamente ligada às técnicas especializadas, métodos de prevenção, procedimentos nas abordagens, equipamentos especializados para cada situação podem ajudar no processo de garantia de direitos do cidadão, diminuindo assim a criminalidade. Os outros 40% (n=10), demonstram aspectos como o papel da polícia no cotidiano, seus anseios, suas dificuldades e as tarefas eminentes a cada profissional. Percebemos que o desconhecimento por parte da população sobre o real papel da polícia é um gargalo que precisa melhor ser explorado e, as pesquisas sobre essa categoria ainda são escassas. Torna-se indispensável sugerir que sejam feitas novas pesquisas sobre a garantia de direitos do cidadão através do papel da polícia militar, o que permitiria uma maior aproximação entre população e essa categoria.

Palavras-Chaves: Polícia Militar. Direitos. Políticas Públicas. Cidadão. Criminalidade

ABSTRACT

The aim of this article was to analyze the public policies aimed at the military police, the changes in the category and to identify their daily practices in the fight against crime. From the publications analyzed, ten articles were found in the period from 2004 to 2018, with 60% (n=10) demonstrating that when public policies for the military police class are considered by the government, the military police and modernity, such as specialized techniques, methods of prevention, procedures in approaches, specialized equipment for each situation can help in the process of guaranteeing citizens' rights, thus reducing crime. The other 40% (n=10) demonstrate aspects such as the role of the police in everyday life, their anxieties, their difficulties and the tasks that eminent each professional. We realize that ignorance by the population about the real role of the police is a bottleneck that needs to be better explored, and research on this category is still scarce. It is essential to suggest that

¹ Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás - Curso de Formação de Praças - Turma Alpha-
e-mail: geanricardo10@outlook.com

² Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás - Orientador – e-mail: tenenteperez@hotmail.com

further research into the guarantee of citizens' rights through the role of the military police is carried out, which would allow a closer rapprochement between population and this category.

Key- Words: Military police. Rights. Public Policy. Citizen. Crime

1 INTRODUÇÃO

No modelo tradicional de policiamento no Brasil, a força sempre foi um dos instrumentos de intervenção policial. Porém esse modelo está mudando e a ótica, e as percepções destas ferramentas vêm sendo substituídas por ferramentas mais eficazes no controle da criminalidade, como é o caso da utilização da informação.

Parte do pressuposto de que a utilização da informação no planejamento das atividades policiais corroboram com as mudanças no modelo de atuação do profissional, uma vez que esta atuação é marcada pela inteligência, pró-atividade e prevenção. Sabemos que o produto final sempre será o cidadão. E garantir seus direitos é fundamental em uma mudança nos processos que constituem a segurança pública brasileira (AZEVEDO; RICCIO; RUEDIGER, 2011).

O gargalo que se perpetua por décadas em relação à segurança pública vem sendo diagnosticado desde a década de 70, uma vez que os governos pautados pela democracia vêm buscando novas formas de atuação e preparação da polícia. De acordo com Azevedo, Riccio e Ruediger (2011), alguns modelos de policiamento estão sendo desenvolvidos como é o caso do policiamento orientado à resolução de problemas, o policiamento comunitário e serviço de inteligência. Uma vez que este tipo de policiamento é a atuação direta com o cidadão, e que este pode ser um aliado no combate e prevenção da criminalidade.

Sempre foi percebido um distanciamento entre a polícia e o cidadão, sendo que dessa forma pode-se ter bons resultados ampliando a comunicação e o diálogo com a sociedade civil, proporcionando direitos tanto para o policial militar quanto para o cidadão. Acredita-se que os resultados da presente pesquisa possam subsidiar ações ou estratégias voltadas para uma promoção dos ajustes e transformações oriundas desta classe. E que novas políticas públicas corroborem com o trabalho do policial militar e com a garantia de direitos do cidadão.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer as políticas públicas voltadas para a polícia militar, as mudanças na categoria e identificar as suas práticas diárias no combate a criminalidade. Já os objetivos específicos estão em: conhecer as

competências do profissional militar segundo a Constituição Federal de 1988; investigar de acordo com a linha do tempo os avanços positivos no âmbito administrativo da polícia militar; analisar o serviço de policiamento comunitário, sua estrutura e seu alcance ao cidadão e por último identificar o Policiamento Operacional Padrão, como ferramenta capaz de garantir os direitos do policial militar, quanto do cidadão.

Foi feita uma busca na plataforma da biblioteca científica Scielo, do Google Acadêmico e do material didático oferecido pela Biblioteca Digital de Segurança Pública por artigos que contemplavam os termos “políticas públicas e garantias do direito do cidadão”, e “aspectos relacionados à polícia comunitária e a garantia dos direitos humanos”, o propósito era de observar o crescimento da pesquisa científica acerca do assunto, verificar as publicações e fornecer dados que possam contribuir com o conhecimento das políticas públicas e garantia de direitos tanto do policial militar quanto do cidadão.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: RELATO HISTÓRICO

Com o crescimento exponencial da população mundial a partir do século XXI, deu-se início ao crescimento da criminalidade, surgindo assim uma das funções primordiais do Estado: garantir a segurança e a ordem social dentro de uma ótica cidadã (FRAGA, 2006).

Dentro desta perspectiva do Estado, temos o papel da polícia, que está presente em todos os países organizados, seu intuito é reprimir a criminalidade e manter a ordem pública. Diante deste contexto surge a necessidade de um planejamento da melhoria da segurança pública, onde a participação dos órgãos governamentais e entidades públicas e/ou privadas possam contribuir para a convivência social como um todo.

Algumas mudanças foram sendo introduzidas na categoria, como as intervenções iniciais descritas como inovações normativas e tecnológicas, que têm a capacidade de causar impacto na estrutura da organização e sobretudo as condutas individuais de cada policial na prática do dia a dia.

Embora as polícias militares e civis brasileiras sejam de responsabilidade do governo dos Estados e do Distrito Federal, a união tem a finalidade privativa de legislar sobre sua organização, desde 1934. Esta competência foi instituída pela Constituição Federal, no mesmo ano no art. 5º. Entretanto todos os Estados e o

Distrito Federal foram responsáveis pela criação de suas respectivas polícias militares e civis, instituindo-as como reservas do Exército (SALDANHA et al. 2017).

Neste contexto a grande mudança da organização desta classe, promovida pela CF de 1988, diz respeito ao controle civil. Uma vez que o Brasil é um dos poucos países que mantém duas instituições policiais para cumprir o ciclo da polícia (PINC, 2007).

2.2 A MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

No Brasil, ainda são raros os estudos sobre as políticas públicas de segurança, devido a grande parte de que estas políticas públicas são formuladas pelas próprias instituições policiais e que nem sempre registram os dados de forma sistematizada, dificultando a coleta de dados por pesquisadores, resultando muitas das vezes o interesse em outras áreas com facilidade de acesso, como saúde, educação, dentre outras (PINC, 2007).

O que se entende é que a maioria dos estudos sobre as políticas públicas para a segurança é escassa pela dificuldade de coleta de dados e em sua maioria quando estas pesquisas são realizadas dizem respeito à contextualização na área dos direitos humanos e focam na atenção da letalidade policial, cujas fontes de dados não é apenas da instituição policial.

Para Pinc (2011), a maioria dos estudos envolvendo a polícia militar diz respeito aos aspectos que ultrapassam os parâmetros legais, e o maior volume da produção nacional de artigos e dissertações dizem respeito a polícia de um governo autoritário e de outros abusos feitos pela classe.

De acordo com Pinc (2007), em um dos seus estudos sobre a investigação nas bibliografias acadêmicas sobre o papel do policial, é demonstrado que a produção nacional influencia estudos como o de Diamint (2007), que argumenta que polícias da América Latina, desempenham seu papel sob o legado de governos autoritários e que defendem a ideia de que os policiais no Brasil são treinados a atirar para matar.

Uma vez que o trabalho policial é a ponta do “iceberg” das políticas públicas, um novo caminho deve ser traçado, demonstrando a importância destes profissionais para a garantia da cidadania. Parte do pressuposto de que haja escassez de estudos sobre as atividades de rotina do trabalho policial, ocasião em que o policial militar interage com o público no atendimento das ocorrências, ou

durante as atividades do policiamento comunitário, ou ainda nos momentos de intervenção policial durante a abordagem.

Pinc (2011) afirma que as fontes de pesquisas feitas pelas academias de ensino estão mais voltadas sobre o pensamento da sociedade frente à polícia e não apresentam de fato o contexto atual, e o desempenho operacional das polícias militares do Brasil.

A modernização da polícia já é algo concreto e para Pinc (2011), essa tendência colabora para a situação do cidadão. Percebemos que a medida em que as políticas públicas são consideradas e implementadas pelo governo, as polícias militares tornam-se modernas. Criam-se técnicas especializadas, métodos de prevenção, procedimentos nas abordagens, equipamentos especializados para cada situação. Essas técnicas são reflexo de países democráticos e que são coerentes com o contexto político democrático.

Partindo do pressuposto de que mudanças na categoria (serviço de inteligência, melhor procedimento nas abordagens, planejamento administrativo), foram essenciais para a reforma da polícia e sua relação com o desenvolvimento democrático no país, alguns estudos demonstram que as utilizações de alguns elementos foram essenciais na transformação da atual polícia (AZEVEDO; RICCIO; RUEDIGER, 2011).

De acordo com Azevedo, Riccio e Ruediger (2011), a prevenção é um instrumento de contenção a violência e um fator elemento fundamental para a transformação da atual polícia. Para isso acontecer à presença da comunidade e os serviços de inteligência são aliados no combate à criminalidade. No caso da comunidade, Fernandes e Costa (2012), demonstra que a participação da sociedade é alvo central na resolução de problemas e também na prevenção. Para Bengochea et al. (2004), “o dilema proposto às polícias é agir com respeito aos direitos humanos num cenário que exige ações duras contra a violência criminosa”.

Algumas variáveis como é o caso da informação e comunicação passaram a serem componentes primordiais na questão da segurança pública. Isto por que um dos aspectos mais importantes desta transformação é a necessidade das mudanças internas dentro das instituições policiais

2.3 O SERVIÇO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO COMBATE À CRIMINALIDADE

Em decorrência das atuais mudanças no cenário de policiamento, a segurança pública se torna mais “moderna”, ou seja, mais cautelosa. É o que afirma Riccio (2017), quando expõe, por exemplo, o pré requisito: Ensino Superior, para ingresso na academia em algumas estruturas organizacionais militares no Brasil.

Para Riccio (2017), o resultado de o policial militar ter ensino superior é benéfico, pois algumas atitudes relacionadas a desvio de conduta, uso da força, satisfação no trabalho, interação com a comunidade, adesão às mudanças organizacionais, dentre outros são mais repensadas.

Dentre acordo com Sales, Alencar e Feitosa (2009), estas mudanças destacamos outra capacidade da polícia combater a criminalidade, atuando nos direitos do cidadão: o policiamento comunitário. Esse serviço representa um conjunto de projetos o qual foi implantado em outros países (EUA), e que tem como objetivo uma maior aproximação da polícia com a sociedade. De acordo com Fraga (2006), o que gerou essa técnica de estar perto da comunidade parte do tipo de policiamento feito na década de 70 e 80, elaborados principalmente pelos EUA e países Europeus, onde começaram com reformas em toda forma e estrutura de funcionamento para lidar com a criminalidade.

A participação de policiais reduz o distanciamento entre as polícias e as comunidades, além de contribuir para a redução do estigma de violência e corrupção associadas aos órgãos de segurança pública. É através das políticas públicas que a profissão se valoriza e atende o “produto final”, o cidadão, com garantia de qualidade de vida, proteção e humanização do serviço executado.

2.4 A GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO ATRAVÉS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

De acordo com Fraga (2006), sobre o papel do policial e o resultado do seu trabalho perante a sociedade, este indica que as ações do policiamento ostensivo até o controle de tumulto deve ser bem planejado. O resultado desse trabalho é a segurança social e a ordem pública.

Com um treinamento adequado, uma das funções da polícia é garantir os direitos fundamentais do cidadão. Para isso a interação entre a comunidade e o corpo policial estabelece respeito, diálogo e mediação entre ambas as partes

envolvidas. Uma vez que a polícia preparada tem a decisão de utilizar ou não a força caso dela necessite.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil:

Artigo 144 - "A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos":

IV - Policiais militares e corpos de bombeiros militares.

- § 5º - "Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil."

Neste contexto como citado pela Constituição Federal de 1988, a polícia militar tem como função garantir a realização dos direitos do cidadão, interagir com a comunidade e estabelecer uma intervenção harmônica entre as partes, uma vez que estas mudanças estabelecem assim a utilização da força caso necessite.

Partindo do pressuposto de que a polícia militar utiliza a ordem com a sociedade, um assunto tem gerado conflito para quem recebe a ação do policial: o cidadão. Isto por que a sociedade interpreta a polícia de forma negativa (polícia violenta, corrompida, autoritária) e este estigma cria uma barreira de comunicação e confiança nem sempre favorecida aos policiais. Sobre esta problemática Sales, Alencar e Feitosa (2009), afirma que:

As polícias brasileiras nasceram distantes do que atualmente se pode considerar como a função policial na preservação da segurança pública. Presas, em grande medida ao modelo bélico destinado à atuação em conflitos armados, como as revoltas ocorridas ao longo do período imperial ou às exigências de controle político e social, as polícias civil e militar espelhavam em suas organizações as necessidades de estruturas sociais violentas, desiguais e autoritárias associadas à escravidão (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009).

Atualmente existem boas estratégias de implementação para melhorar a situação da segurança pública. Uma vez que tais recursos podem integrar um bom relacionamento entre a população e os órgãos de segurança a fim de estabelecer uma maior confiança entre sociedade e polícia (Borges, 2011).

Dessa forma a ordem pública, está sendo entendida como cotidiana e o dever do estado é uma mediação de vários tipos de conflitos e interesses respeitando cada indivíduo. Essa perspectiva é uma democracia. E exige do policial uma intensa manobra em um ambiente muitas vezes de conflito (Borges, 2011).

Por isso o método de prevenção da criminalidade é uma alternativa para direito do cidadão. Uma vez que os policiais saem para a rua em um ambiente de incertezas e que na maioria das vezes ele não sabe o que o espera, o apoio da

comunidade pode ser uma opção de controle minimizando a criminalidade e tornando a comunidade aliada na prevenção de delitos.

Como anteriormente citado as condutas individuais de cada policial na prática do dia a dia, no policiamento comunitário e na resposta ao cidadão deve ser mencionado o Procedimento Operacional Padrão (POP), uma série de medidas operacionais, com o propósito de orientar os policiais nas situações diárias de abordagens. Os Procedimentos Operacionais Padrão instruem a conduta do policial e garante a segurança dos envolvidos a fim de diminuir práticas abusivas ou perigo para o agente de segurança (PINC, 2007).

O objetivo desta transformação na atual polícia é o de ser assertivo e, garantir os direitos humanos, cumprindo necessariamente à lei. Percebemos assim que o diálogo, na rotina policial é um mediador de conflitos, isso por que em algumas ocorrências a conversa e o respeito entre as partes naturalizam os dramas como (ocorrência de trânsito, desentendimentos familiares, entre outros) e diminui o distanciamento entre o policiamento e a sociedade.

A atual sociedade vive um momento respaldado pela educação, com conhecimento dos direitos e de seus deveres e dessa forma o cidadão que escolhe integrar-se na polícia deve estar disposto não a somente lidar com crimes graves, mas também de lidar com pessoas. Os conflitos existem em todo aspecto no trabalho da polícia e lidar com eles aliados aos direitos constitucionais é uma questão que deve ser considerada como resolução de problemas. Os policiais ao serem treinados nas academias devem ter a habilidade de serem resilientes e com naturalidade mediar conflitos tendo como o diálogo uma ferramenta que também o auxiliará na sua função.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura com base em periódicos da língua portuguesa, por meio da biblioteca científica Scielo, do Google Acadêmico e do material didático oferecido pela Biblioteca Digital de Segurança Pública, buscando artigos científicos mais recentes entre os anos de 2004 até 2018, a pesquisa foi direcionada com base nas palavras chaves: “segurança pública, políticas públicas, reforma da Polícia Militar, direitos do cidadão, polícia comunitária, procedimento operacional padrão”.

Para este levantamento, foram lidas publicações como base na descrição sobre o histórico da polícia no Brasil, as principais reformas institucionais dentro da

categoria, as políticas públicas a favor do policial militar, as ferramentas para o combate ao crime com apoio da sociedade, o papel do estado, as dificuldades do profissional no controle e combate à criminalidade, além da importância do policial e a sua interação com a comunidade local junto ao batalhão da PM.

Em análise foi feita uma leitura exploratória (resultados qualitativos) com base em (n=24) artigos encontrados, verificando do que o texto se tratava, observando o resumo e a introdução. Destes artigos encontrados selecionamos (n=10) e que a partir de uma leitura, selecionamos as partes dos materiais que se adequavam ao assunto em questão. Assim depois da leitura geral de todos os textos foram montados os dados para dar significado ao artigo, possibilitando os resultados com os dados encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso país se tornou um país democrático após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição, que também pode ser expressada como Constituição Cidadã, é fundamentada para o cidadão e torna as garantias e os direitos fundamentais para a ideia de um país democrático e que valoriza o ser humano e as suas gerações futuras (SALDANHA, 2017). Para garantir este direito, o Estado é peça fundamental e, através da Polícia Militar e seus agentes públicos que também possuem direitos e obrigação se faz necessária à incumbência de promover os Direitos Humanos. Vários trabalhos (Dominique 2003, Boni 2006, Araújo 2008, Borges 2011, Pinc 2011, Saldanha 2017) comprovam que o método de policiamento mudou e trouxe como bagagem uma variedade de serviços de melhor qualidade através das estruturas organizacionais, tecnologias, cursos preparatórios, ascensão na carreira profissional, informação e comunicação P5¹, além disso, uma maior aproximação entre a polícia e a comunidade garantindo os direitos do cidadão.

Considerando as publicações analisadas, que totalizaram 10 artigos encontrados no período preestabelecido, 60% (n=10) demonstram que a partir de quando as políticas públicas para a classe dos policiais militares são consideradas pelo governo, a polícia militar se torna mais moderna, e esta modernidade como técnicas especializadas, métodos de prevenção, procedimentos nas abordagens,

¹ P5_ Assessoria de Comunicação Organizacional: Seção responsável em auxiliar o Comando nos assuntos relativos à Imprensa, divulgação de eventos que serão desenvolvidos pela Unidade e confecção de convite, confecção de release sobre fatos ocorridos, gerenciamento e execução de cerimoniais como formaturas, solenidades; realização de confraternizações objetivando auxiliar na aproximação entre o público interno.

equipamentos especializados para cada situação podem ajudar no processo de garantia de direitos do cidadão, diminuindo assim a criminalidade. Alguns autores analisados destacaram alguns pontos fortes como a Constituição Federal de 1988, um marco na transformação de uma polícia vinda da ditadura militar e que a partir dela, buscou-se resgatar o processo de democratização, e que conseqüentemente fez valer direitos dos cidadãos. Um dos estudos destacou a realidade da profissão do Policial Militar que executa serviços essenciais no combate à criminalidade, e que às vezes é visto de maneira negativa pela sociedade. Neste estudo são citadas as possibilidades da sociedade perceber o policial militar como garantidor de direitos e que sua profissão deve ser entendida como apoio do estado em sua defesa, este trabalho cita argumentos para apoiar o policial militar como, por exemplo, conhecimento técnico-operativo da profissão, adquirido no exercício da profissão e a qualificação do PM nos cursos de formação, e até mesmo o aporte jurídico-legal necessário às vezes em ocorrências que necessitam de suporte de conhecimento necessário para orientá-los na sua maneira de agir.

Um estudo relevante para a elaboração deste trabalho diz respeito à importância do Ensino Superior para o trabalho do Policial Militar, um dos estudos traz a percepção de como a educação superior aumenta o conhecimento do profissional militar nas práticas cotidianas quando comparado ao treinamento oferecido pela academia. O estudo demonstra que a educação superior permite o melhor entendimento das demandas da sociedade e amplia a capacidade de julgamento do policial. Sobretudo os artigos que corroboraram com o tema da pesquisa dizem respeito a uma ferramenta de modernização da polícia militar que é a polícia comunitária. Do total de artigos pesquisados, 50% (n=10), retrataram que a atual polícia é voltada como instrumento que contribui com a segurança, dialoga a complexidade e divide responsabilidades. É um modelo que tem dado certo na maioria dos países democráticos, onde suas medidas podem diminuir os índices de violência e aumentar a segurança é a polícia comunitária, elaborada a fim de prevenir e seu objetivo é alcançar a comunidade através da confiança entre representantes da segurança pública e as instituições policiais do Estado.

Tabela 1. Sumário dos estudos identificados que abordaram reformas e políticas públicas essenciais para a garantia de direitos do cidadão - (2004 - 2018).

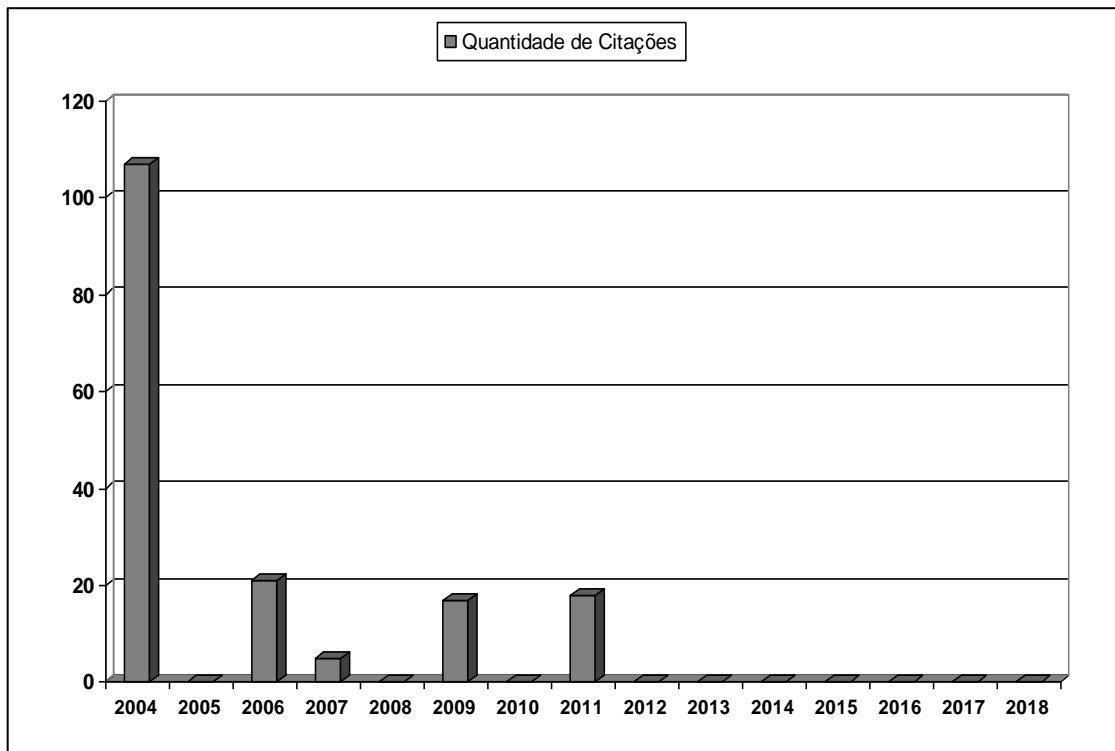
Título	Referências	Número de Citações	Objetivo	Abordagem
--------	-------------	--------------------	----------	-----------

A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão	Azevedo et al., 2011	09	Refletir sobre o uso das estatísticas criminais pelos policiais e utilizar como fonte de informação para o planejamento de suas ações.	Aborda o serviço de informação e a comunicação como planejamento para a segurança pública.
A transição de uma polícia que controla para uma polícia cidadã	Bengochea et.al, 2004	107	Discutir as possibilidades de uma polícia diferente em uma sociedade democrática.	Aborda uma polícia democrática e suas transformações no decorrer dos anos após ditadura militar.
Segurança Pública: Convergência, Interconexão e Interatividade Social.	Fernandes e Costa 2007.	02	Fazer um traçado histórico, técnico e conceituai sobre a mais dinâmica e inovadora ferramenta da cidadania para a renovação de seu conjunto estatal provedor de segurança e ordem pública, cuja idealização reconhecidamente nasceu em terras capixabas: a Polícia Interativa, bicampeã brasileira e única em metodologia comunitário-interativa no Brasil até o momento.	Aborda o modelo da Polícia Interativa, uma evolução do princípio da Polícia Comunitária, já implantada com sucesso no Espírito Santo, inicialmente em Guaçuí, cuja metodologia passou a ser exemplo para o Brasil e premiada duas vezes nacionalmente.
Peculiaridades do trabalho policial militar	Fraga 2006.	21	Refletir sobre as peculiaridades do trabalho do Policial Militar (PM)	Aborda o trabalho cotidiano do policial militar, suas necessidades, seus anseios e principalmente o compromisso com a sociedade expondo sua vida.
Treinamento Policial: Um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua	Pinc, 2011.	09	Avalia o impacto do treinamento no desempenho individual durante a abordagem, analisando a capacidade de um grupo de policiais seguir o procedimentos operacionais padrão (POP), durante o treinamento.	Aborda as políticas públicas que incidem no desempenho policial individual na rua. E apresenta um modelo que explica a reforma da polícia e a sua relação com o desenvolvimento democrático do país.
Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais	Pinc, 2007.	05	Analisa o Procedimento Operacional Padrão como técnica de orientação individual durante as abordagens.	Aborda a relação entre o policial e o público durante uma abordagem e a garantia dos direitos e deveres por ambas as partes.
Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas	Riccio, 2017.	0	Avalia como os policiais de baixa patente porém com maior grau de formação superior percebem a organização da polícia, sua carreira e a sociedade.	Aborda as atividades do cotidiano e sua relação com policiais que possuem ensino superior. Atividades como elaboração de

Gerais.				relatórios, conhecimento das tecnologias, regras no trabalho são exemplos de atividades que são executadas com mais eficiência.
Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública.	Sales et al, 2009.	17	Analisa o modelo da polícia comunitária.	Aborda um modelo embasado na polícia que tem diálogo com a sociedade, que possui um vínculo de confiança para prevenir a criminalidade.
Estudo da organização e gestão do sistema de inteligência da polícia militar do estado de Goiás	Saldanha 2017.	0	Avaliar a gestão organizacional do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás - SIPOM	Aborda o serviço de inteligência e o levantamento de dados para análise das principais tomadas de decisões.
A atividade policial e os direitos humanos	Borges, 2011.	01	Analisa o papel da polícia como ferramenta para garantia dos direitos e deveres dos cidadãos.	Aborda a preocupação social do trabalho policial junto à população.

O número de citações pertinentes a cada artigo (gráfico 1) conota que pouco destaque tem sido dado a essa temática no referido período, em contrapartida é relevante considerar que as ações voltadas para a garantia de direitos do cidadão é algo prático, considerando a quantidade de reformulações na polícia após a Constituição Federal de 1988 (Borges, 2011).

Gráfico 1: Quantidade de citações de cada artigo publicado sobre reformas e políticas públicas essenciais para a garantia de direito do cidadão entre os anos de 2004 e 2018.



Podemos perceber que o estudo mais citado refere-se ao estudo de Bengochea et al.(2004), o qual retrata a transformação de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. A partir deste ano até os dias de hoje, podemos perceber que poucos estudos tem focado a importância desta transformação, sugerindo que novos estudos sejam feitos. Tais estudos poderiam contribuir com novas pesquisas e dispersão entre os acadêmicos e interesse entre os pesquisadores nas universidades até chegar ao avanço das políticas públicas para a classe da Polícia Militar, possibilitando assim a garantia de direitos do cidadão.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou o estudo mais próximo sobre o papel do policial militar e a garantia dos direitos do cidadão através das reformas políticas ao longo dos anos. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para entender a dimensão em que a literatura apresenta as principais políticas públicas e como os governos lidam com as transformações nessa categoria. Foram apresentados resultados que podem somar com o cotidiano do policial militar frente à mitigação da criminalidade, como o Ensino Superior, os treinamentos, a polícia comunitária e o Procedimento Operacional Padrão.

O estudo constatou-se que as pesquisas sobre essa categoria ainda são escassas e, que novos estudos precisam ser mais explorados como no caso das publicações sobre a garantia de direitos do cidadão através da polícia comunitária.

Além disso, ficou claro no trabalho que a população ainda “engatinha” no conhecimento sobre o real papel da polícia militar, onde a maioria da população acredita que neste trabalho é utilizado apenas “força”. Outros estudos podem contribuir com um melhor entendimento da população sobre o real papel da polícia militar e sua contribuição para a cidadania.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Ana Luíza Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão.** Ci. Inf., Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.9-21, jan./abr., 2011.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** São Paulo em perspectiva, 18(1): 119-131, 2004.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik. A Atividade Policial e os Direitos Humanos. 2011

DIAMINT, R. **Military, Police, Politics, and Society: does Latin America have a democratic model?** In DOMINGUEZ, Jorge; JONES, Anthony; The Construction of Democracy: lessons from practice e research. Baltimore, Maryland. 2007.

FERNANDES, João Antônio da Costa; COSTA, Júlio Cezar. **Segurança Pública: Convergência, Interconexão e Interatividade Social.** Vitória, Espírito Santo, 218 p. 2012.

FRAGA, Cristina K. **Peculiaridades do trabalho policial militar.** Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 5, núm. 2, dezembro, 2006.

PINC, Tania Maria. **Treinamento Policial: Um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua.** Tese, Doutorado, 245 f. São Paulo, 2011.

PINC, Tânia. **Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais.** Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1, Edição 2, 2007. Disponível em Versão digital disponível no site www.forumseguranca.org.br/revista. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

RICCIO, Vicente. **Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, out./dez., 2017.

SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso; FEITOSA, Gustavo Raposo. **Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública.** Revista Sequência, nº 58, p. 281-296, jul. 2009.

SALDANHA, Jorge Luiz Marreiros. **Estudo da organização e gestão do sistema de inteligência da polícia militar do Estado de Goiás.** Artigo de Especialização do Curso da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária em Pós-Graduação em Altos Estudos de Segurança Pública (CAESP-GO).

SILVA, José de Siqueira; MIRANDA, Rodney Rocha; VALVERDE, Danielle Novaes Siqueira; FILHO, Francisco Valverde de Carvalho. **Os reflexos da nova lei de drogas na atuação das polícias estaduais.** Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 1 Edição 2 2007.

